

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1569966 - DF (2015/0302775-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : H LUNDBECK A/S
AGRAVANTE : LUNDBECK BRASIL LTDA
ADVOGADOS : OTTO BANHO LICKS - RJ079412
MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO - DF017147
EDUARDO TELLES PIRES HALLAK E OUTRO(S) - RJ136577
JULIANA BASTOS NEVES E OUTRO(S) - RJ0170053
AGRAVADO : PRO GENERICOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
INDÚSTRIAS DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS
ADVOGADOS : ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS - SP082329
FÁBIO ANDRESA BASTOS - SP206706
AGRAVADO : ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S/A
AGRAVADO : BIOSINTETICA FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADOS : CLÁUDIO BONATO FRUET - DF006624
CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS E OUTRO(S) - DF002462
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. MEDICAMENTO. REGISTRO NA ANVISA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como constatado na hipótese.

3. O Superior Tribunal de Justiça entende que a falta de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal alegadamente violado implica deficiência na fundamentação do recurso especial (Súmula 284 do STF).

4. É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, nos termos da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

5. Hipótese em que o Tribunal de origem, soberano na análise das

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias fáticas da causa, reconheceu a improcedência do pedido autoral em face da inexistência de provas "de que a ANVISA teria concedido ou teria a disposição de conceder registro de medicamento genérico similar ao LEXAPRO® a empresa concorrente das autoras, sem a autorização destas, mediante utilização ou exploração direta de dossiês com resultados de testes e outros dados não divulgados submetidos por elas para obtenção do registro sanitário do aludido medicamento".

6. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator